

Ata da 24ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, ocorrida em 14/09/2005, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos 2º Andar.

Participantes:

- 1. Sergio Rezende – Ministério da Ciência e Tecnologia**
- 2. Luiz Antonio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia**
- 3. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo**
- 4. André Corrêa do Lago – Ministério das Relações Exteriores**
- 5. Ruy de Góes – Ministério do Meio Ambiente**
- 6. Lindemberg de Lima Bezerra – Ministério da Fazenda**
- 7. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia**
- 8. João Antônio F. Salomão – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**
- 9. Renato Boareto – Ministério das Cidades**
- 10. José Roque Marques – Ministério dos Transportes**
- 11. Marcos Otávio Bezerra Prates – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
- 12. Guido Gelli – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

O Ministro da Ciência e Tecnologia Dr. Sergio Rezende iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios apresentando-se como o novo Ministro da Ciência e Tecnologia. Enfatizou a importância da questão das mudanças climáticas nas políticas do Ministério da Ciência e Tecnologia e a importância deste tema para as políticas internacionais brasileiras. O Ministro destacou a necessidade do envolvimento do tema mudanças globais do clima no FNDCT, instrumento de financiamento de projetos deste Ministério. Requisitou à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima que pensasse e encaminhasse até a semana do dia 18 ao 24, de setembro, ao Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro, propostas de idéias de projetos, editais ou encomendas para implementação de ações transversais junto ao FNDCT. Por fim apresentou o novo Secretário da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED), Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro, e despediu-se dos membros da Comissão.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, agradeceu a oportunidade de voltar a trabalhar no Ministério da Ciência e Tecnologia e destacou em sua apresentação a importância da implementação de políticas de C&T de Estado e não de governo. Para tanto, informou que os investimentos em C&T devem ser de longa duração, de forma convergente, em capacitação, em pós-graduação, e na qualificação de mão de obra, sempre buscando o envolvimento de grandes programas nacionais. Informou ter conversado com a Sra. Jeniffer Morgan, representante da WWF e discutido com ela a necessidade da incorporação do tema das mudanças globais de clima nas políticas ligadas à Floresta Amazônica. O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro destacou a importância de criar um grande programa que tenha a finalidade de englobar e convergir as inúmeras ações já realizadas na Amazônia, permitindo assim que elas se complementem. Ressaltou também a importância de assegurar credibilidade aos programas e políticas relacionados a mudanças climáticas, implementados no Brasil, e para tanto

destacou a importância da definição de linhas de base confiáveis para projetos MDL, além de assegurar ou minimizar a ocorrência de vazamentos.

1. Aprovação da Ata da 23ª reunião da Comissão Interministerial.

A minuta de Ata da 23ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência. O Secretário Executivo da Comissão, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, perguntou se havia algum comentário a ser feito.

A representante do Ministério das Minas e Energia - MME, Dra. Laura Porto, informou não ter participado das discussões sobre a definição de comunidades de baixa renda durante a 23ª Reunião, destacando que esta informação encontrava-se equivocadamente anotada na ata.

O Secretário Executivo retificou a observação e não havendo mais comentários, considerou a Ata da 23ª Reunião aprovada.

2. Projetos em análise na Comissão Interministerial.

➤ Projetos aprovados com ressalvas

➤ Projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia em São Paulo

Foi elaborado parecer pela Secretaria Executiva da Comissão

O Secretário Executivo informou o recebimento de resposta ao ofício encaminhado pela Secretaria Executiva atendendo a todas as exigências feitas pela Comissão Interministerial no dia dois de setembro de 2005. Informou que os membros dos demais Ministérios teriam dez dias para se pronunciar ou o projeto será considerado aprovado.

➤ Projeto de Geração de Eletricidade Renovável da UTE Barreiro S.A.

Foi elaborado parecer pela Secretaria Executiva da Comissão

O Secretário Executivo informou ter recebido a documentação em resposta ao ofício encaminhado pela Comissão Interministerial de Mudança Global de Clima, entretanto, o pedido de revisão das Tabelas 8 e 9 não foi atendido. Um novo ofício foi enviado ao proponente do projeto, porém, a Secretaria ainda não havia recebido a resposta.

➤ Projeto Sadia de Captura e Combustão de GEE dos Sistemas de Gerenciamento de Esterco das Granjas de Faxinal dos Guedes e Toledo.

O projeto Sadia ainda não havia respondido ao ofício encaminhado pela Secretaria Executiva no dia 28 de junho de 2005.

➤ Projetos em fase de revisão

➤ Projeto IRANI para Geração de Eletricidade a partir de Biomassa

A Dra. Branca Bastos Americano, do Ministério da Ciência e Tecnologia informou ter analisado a documentação encaminhada pelos proponentes do projeto em resposta ao ofício nº 027/2005/CIMGC. Seguem as observações apontadas:

A proposta foi que o projeto IRANI continue em revisão, até que atenda a todas as exigências levantadas pela Comissão Interministerial.

O Dr. João Antônio Salomão, representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, destacou que no parecer apresentado pelo MCT consta a sugestão pela aprovação com ressalvas do projeto IRANI.

O Secretário Executivo, entretanto, entende que como são exigidas modificações significativas no projeto, tal como correções no Relatório de Validação, torna-se necessária a reapresentação do projeto para análise da Comissão Interministerial, assim, sugeriu que o projeto continue em revisão.

A Dra. Branca Americano argumentou que a motivação para sugerir a aprovação com ressalvas do projeto IRANI foi o fato de não haver considerações no que tange o Anexo III do projeto. Ademais informou que se trata de um projeto do tipo ”*prompt start*”, projeto que requer RCEs retroativos, e que tem o prazo de dezembro de 2005 para ser submetido.

Os membros da Comissão questionaram se manter o projeto com o status de revisão poderia atrapalhar sua aprovação dentro do prazo de dezembro de 2005.

O Secretário Executivo argumentou que os proponentes do projeto terão ainda três reuniões da Comissão Interministerial para submeterem as devidas correções do projeto de modo que sua aprovação dentro do prazo de dezembro de 2005 não está inviabilizada.

O Dr. Ruy de Góes representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Ministro André Corrêa do Lago, representante do Ministério da Relações Exteriores - MRE argumentaram serem favoráveis à manutenção do status de revisão do projeto IRANI, já que reconhecem a necessidade de alterações substantivas nos documentos. Assim apoiaram a posição do Secretário Executivo pela manutenção do projeto em revisão.

Os representantes dos demais Ministérios apoiaram o posicionamento do Secretário Executivo e o projeto IRANI permanece em revisão.

➤ Projeto de geração de Eletricidade a partir de Biomassa RICKLI

A Dra. Branca Americano, informou ter analisado a documentação encaminhada pelos proponentes do projeto em resposta ao ofício nº 031/2005/CIMGC.

Desta forma, entendendo que as três ressalvas foram satisfatoriamente atendidas, sugeriu que o projeto RICKLI fosse aprovado pela Comissão Interministerial.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro perguntou aos membros da Comissão Interministerial se concordavam com o entendimento apresentado pela Dr. Branca Americano.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério de Minas e Energia - MME indagou se a exigência da apresentação da origem da biomassa também não teria o objetivo de garantir a sustentabilidade do estoque de biomassa utilizado pelo projeto.

O Secretário Executivo concordou que a preocupação da sustentabilidade do estoque seria pertinente, pois a intensificação do uso dos resíduos de biomassa poderia acarretar em vazamentos, distorcendo desta forma o objetivo dos projetos MDL.

O Secretário Executivo entendeu que a questão do representante legal do projeto será facilmente resolvida independentemente do status do projeto ser a aprovação ou a aprovação com ressalvas e acreditava tratar-se meramente de uma formalidade.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro perguntou aos demais membros da Comissão Interministerial se concordavam com o entendimento de que o projeto RICKLI poderia ser aprovado sem mais ressalvas.

Sem objeções o projeto RICKLI foi aprovado pela Comissão Interministerial.

➤ Projeto Granja Becker GHG Projeto de Mitigação

A Dra. Branca Americano informou ter analisado a documentação encaminhada pelos proponentes do projeto em resposta ao ofício nº 036/2005/CIMGC.

Desta forma, entendendo que todas as ressalvas foram satisfatoriamente atendidas, sugeriu-se que o projeto Granja Becker fosse aprovado pela Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo acrescentou que o projeto claramente contribui para o desenvolvimento sustentável, uma vez que serão utilizados biodigestores para tratar resíduos que de outra forma seriam despejados no meio ambiente. Assim, apesar dos problemas relacionados à redação do Anexo III, não entende haver motivo para objetar a aprovação do projeto.

O Dr. Ruy de Góes, complementou o posicionamento do Secretário Executivo informando que projetos como a Granja Becker são fundamentais para assegurar a saúde e qualidade do meio ambiente local. Informou que em algumas localidades a concentração de dejetos nos corpos d'água é tão grande que chegam a inviabilizar seu consumo para outras finalidades.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro perguntou aos demais membros da Comissão Interministerial se concordavam com o entendimento de que o projeto Granja Becker poderia ser aprovado sem mais ressalvas.

Sem objeções o projeto Granja Becker foi aprovado pela Comissão Interministerial.

➤ Projeto de Gás de Aterro Sanitário Anaconda

A Dra. Branca Americano informou ter analisado a documentação encaminhada pelos proponentes do projeto em resposta ao ofício nº 038/2005/CIMGC.

A proposta foi que o projeto Anaconda continue em revisão, até que atenda a todas as exigências levantadas pela Comissão Interministerial.

O Secretário Executivo acrescentou que os proponentes de projetos não tem se preocupando com a qualidade da tradução para o Português uma vez que os documentos que serão submetidos para a aprovação internacional devem estar escritos na língua inglesa. Destacou que a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial tem sido exigente quanto a que a tradução seja feita de forma adequada, uma vez que podem existir membros da própria Comissão que não necessariamente falem a língua inglesa, além de reconhecer a importância que tais projetos têm como instrumento de aprendizado e de replicação para o Brasil.

O Dr. Ruy de Góes acrescentou que o problema ligado a afirmação de que todos os impactos do projeto são necessariamente positivos é claramente um erro conceitual. Entende que se a única observação a respeito do projeto é essa, tal erro pode ser relevado e o projeto aprovado sem maiores complicações, entretanto, como existem outras questões que merecem ser corrigidas, sugere que este ponto deve permanecer com uma das ressalvas.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro perguntou aos membros da Comissão Interministerial se concordavam com o entendimento de que o projeto Anaconda permanecesse em revisão.

Sem objeções o projeto Anaconda permaneceu em Revisão pela Comissão Interministerial.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro destacou que os seguintes projetos ainda não haviam respondido ao ofício encaminhado pela Comissão Interministerial:

- Projeto Cosipar de Energia Renovável;
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Inácio Martins;
- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Imbituva;
- Projeto BK Energia Itacoatiara (Precious Wood Energia); e
- Pesqueiro Energia – Projeto de Pequena Central Hidroelétrica.

➤ **Projetos submetidos à Comissão Interministerial**

- Projeto de Cogeração com Bagaço Jalles Machado;
- Projeto de Cogeração com Bagaço Lucélia; e
- Projeto de Cogeração com Bagaço Santa Cândida.

O Secretário Executivo informou que excepcionalmente em função de uma decisão do Conselho Executivo, que procederá a revisão da metodologia aprovada AM0015, consolidando-a, juntamente com outras similares em uma nova metodologia, informou ainda que todos os projetos que utilizem esta metodologia devem ser submetidos em no máximo quatro semanas, ou então deverão, necessariamente, ser submetidos utilizando a nova metodologia consolidada.

Assim, o Secretário Executivo pediu aos membros da comissão compreensão no sentido de entenderem a urgência e excepcionalidade da situação e sua concordância na adoção de um processo célere de aprovação dos seguintes projetos:

Comunicou que as documentações destes projetos chegaram a apenas alguns dias na Secretaria Executiva e que já se encontram disponíveis para consulta de todos os membros da Comissão. Acrescentou que, com o intuito de agilizar o tramite, já preparou a análise da documentação dos três projetos em questão e caso não haja objeção por parte de nenhum dos membros estes projetos devem seguir o mesmo rito de aprovação dos demais, ou seja, ficarão disponíveis durante 10 dias para comentários e caso não haja objeções serão considerados aprovados. Pediu à Dr. Branca Americano para proceder com a explicação dos pareceres.

A Dra. Branca Americano informou que se tratam de projetos de cogeração com bagaço de cana de açúcar onde há um aumento na eficiência no processo de queima e venda do excedente da energia elétrica gerada para a rede. Tratam-se de projetos extremamente similares, especialmente os projetos Santa Cândida e o Lucélia que são praticamente idênticos.

Justificou que estes projetos não são o cenário de base, pois o retorno não compensa os investimentos, em função do volume da receita do empreendimento como um todo. Desta forma então somente em função do benefício adicional do RCEs os projetos se justificariam. Tratam-se de projetos do tipo “*prompt start*” pois já estão em operação e utilizam fatores de emissão de energia para a rede de 0,249 t CO₂e / MWh, este valor é bastante conservador e realista. Toda a documentação foi apresentada corretamente, as licenças ambientais, as consultas aos atores locais foram adequadamente apresentadas. Com relação à contribuição ao desenvolvimento sustentável, concluiu-se que existe crescimento de empregos, capacitação dos funcionários da empresa, aumento da atividade econômica local, diversificação dos serviços prestados pela empresa com o fornecimento de eletricidade para a rede.

Concluiu em seu parecer que os projetos contribuem para o desenvolvimento sustentável devido ao uso de uma fonte de energia renovável para a produção de eletricidade para a rede além do impacto do projeto devido ao seu potencial de demonstração junto ao setor sucroalcooleiro. Desta forma sugeriu a aprovação dos projetos Santa Cândida e Lucélia.

Já o projeto Jalles Machado difere um pouco dos demais, pois há uma expansão da área de plantio da cana. Assim pedem também RCEs pela substituição dos motores convencionais (diesel) que seriam utilizados no processo de irrigação por motores elétricos que utilizarão a energia gerada pelo projeto.

A Dra. Laura Porto, questionou se estes projetos já não haviam sido apresentados à Comissão Interministerial.

A Dra. Branca Americano explicou que eles realmente já haviam sido apresentados à Comissão Interministerial, entretanto não possuíam metodologia aprovada. Assim os projetos não foram considerados na época em que foram inicialmente apresentados. Destacou que estes projetos não estão no PROINFA.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro questionou sobre o tipo de tratamento que é dado a cana durante a colheita. Perguntou se a cana era queimada no canavial ou se era colhida evitando-se a queimada.

Foi informado que no projeto Jalles Machado consta a informação de que o projeto tem buscado alcançar maior mecanização no processo de colheita da cana, evitando assim a necessidade de queimada no canavial. A Dra. Branca Americano informou ainda que no intuito de realocar a mão de obra que está sendo perdida com a implementação da mecanização agrícola, o projeto menciona uma iniciativa desenvolvida visando a capacitação dos trabalhadores para atividade em seringais.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro informou que dez anos atrás teve que defender este projeto junto ao GEF e que ficou muito satisfeito ao vê-lo hoje viabilizado.

O Secretário Executivo destacou novamente que estes três projetos não seriam teoricamente objetos de análise nesta reunião, porém, em função da necessidade de urgência e em função das análises dos projetos demonstrarem que eles poderiam ser aprovados, pediu aos membros da Comissão que os analisem em 10 dias e caso não haja nenhuma objeção, serão considerados aprovados.

O Dr. João Antônio Salomão, concordou com o encaminhamento proposto porém entende que a Comissão deve se preocupar com a repercussão que isto poderia causar junto à opinião pública.

O Secretário Executivo informou que na realidade o procedimento de aprovação eletrônica já vem sendo adotado pela Comissão Interministerial e desta forma entende-se que a excepcionalidade está sendo criada em função de uma decisão alheia à vontade da Comissão Interministerial ou mesmo dos desenvolvedores dos projetos. O Secretário Executivo ponderou que a Comissão Interministerial terá que avaliar se vale a pena o esforço redobrado no sentido de avaliar de forma célere tais projetos. Em sua opinião a aprovação destes projetos é importante para o Brasil, uma vez que permitirá o aporte de recursos internacionais para financiar atividades essencialmente positivas como a geração de eletricidade a partir de uma fonte biogênica.

O Secretário Executivo argumentou ainda que o Conselho Executivo do MDL determinou que o prazo máximo para submissão dos projetos que utilizam a metodologia AM0015 seria de quatro semanas, assim, ponderou que, caso a Comissão Interministerial não adote um procedimento diferenciado e decida analisar estes projetos apenas durante a reunião de outubro, restaria aos desenvolvedores uma única semana para a emissão da Carta de Aprovação e para a finalização de todo o trâmite para a submissão do projeto. Destacou que caso durante esta semana qualquer imprevisto aconteça com o Ministro da Ciência e Tecnologia e ele por ventura não possa assinar a carta, o projeto deixará de ser submetido por uma simples questão burocrática.

O Secretário Executivo destacou que caso os membros da Comissão achassem pertinente uma informação poderia ser postada na página informando que os projetos foram encaminhados nesta reunião em função do prazo estabelecido pelo conselho executivo.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro argumentou que talvez a saída mais correta seria buscar uma maneira de incorporar outros projetos no processo de aprovação eletrônica, assim, se evitaria que, futuramente, projetos que eventualmente venham a perder prazos, por qualquer motivo que seja, venham requerer explicações do motivo da adoção do procedimento eletrônico para determinados projetos e não para outros.

O Secretário Executivo sugeriu que uma outra solução poderia ser a adoção de um procedimento interno que viabilizasse a aprovação formal dos projetos e a preparação da Carta de Aprovação pelo Ministro, porém sua publicação seria apenas durante a próxima reunião.

A Dra. Laura Porto sugeriu que fosse feita uma reunião extraordinária em dez dias para discutir a aprovação destes projetos.

O Secretário Executivo concordou que esta seria uma maneira viável de contornar o problema sem a necessidade de criação de qualquer excepcionalidade, assim apoiou a idéia da realização de uma reunião extraordinária eletrônica em dez dias para a discussão da aprovação destes projetos. Desta forma, caso ninguém se manifeste contrariamente a aprovação destes projetos no dia vinte e quatro de setembro, eles serão considerados aprovados. Perguntou se todos estão de acordo com este encaminhamento.

Não havendo objeções ficou confirmada a convocação de uma reunião extraordinária eletrônica no dia 24 de setembro para a discussão e aprovação dos projetos Jalles Machado, Lucélia e Santa Cândida.

O Secretário Executivo informou que seriam considerados submetidos nesta reunião para consideração na reunião de outubro os seguintes projetos:

- Projeto de Redução de Emissões de N₂O em Paulínia;
- Projeto São João de Gás de Aterro e Geração de Energia no Brasil;
- Projeto BT Geradora de energia Elétrica S.A. – Pequena Hidroelétrica Ferradura, Erval do Seco – RS; e
- Projeto Usina Verde: Incineração de resíduos sólidos urbanos, com carga de composição similar ao RDF, evitando emissão de metano e promovendo geração de eletricidade para consumo próprio.

3. Critérios para definição de “Comunidades de Baixa Renda” necessário para desenvolvimento de projetos de MDL de pequena escala nos setores de Florestamento e Reflorestamento (Decisão 14/CP. 10).

O Secretário Executivo informou que esta já é a terceira reunião que vem discutindo este assunto e ainda não foi possível atingir um consenso. Informou que existem vários critérios, como por exemplo, o fome zero, renda mínima, renda per capita de cada município, e cada um destes indicadores têm problemas, pois foram formulados com objetivos distintos deste aqui.

O Secretário Executivo ponderou, que após todas estas reuniões discutindo este mesmo tema e levando em consideração as opiniões expressas por todos os Membros da Comissão preparou uma proposta.

Definir como comunidades de baixa renda as comunidades localizadas em municípios cujo produto interno bruto per capita seja inferior a R\$ 2.500,00 e incorporar a alternativa de uma declaração da prefeitura de municípios com renda superior a estipulada atestando que uma determinada comunidade é de baixa renda.

O representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Gelli, informou da existência de um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil que pretende até o final do ano preparar um índice oficial do governo definindo comunidades de baixa renda. Assim, questionou se não seria prudente a aprovação deste índice proposto pelo Secretário Executivo, porém, incorporando a ressalva de ele estaria susceptível a alterações assim que o índice da Casa Civil fosse publicado.

O Secretário Executivo argumentou que a ressalva era desnecessária, uma vez que a Comissão Interministerial tem plena autonomia de publicar uma nova resolução alterando o índice assim que julgar pertinente.

O Secretário Executivo acrescentou que o Conselho Executivo do MDL deve aprovar em breve uma metodologia para projetos de pequena escala florestal. Assim, no momento em que isto for feito inúmeros projetos de pequena escala florestal começarão a ser submetidos à Comissão Interministerial. Por isto é que se torna necessário a adoção de uma definição de baixa renda já visando sua publicação em uma futura resolução nº 03.

O representante do Ministério da Fazenda, Dr. Lindemberg L. Bezerra, demonstrou sua preocupação com a definição de valores fixos em índices como este que se baseou em meio salário mínimo. Assim, argumentou que da forma com que o salário mínimo vem crescendo em pouco tempo o índice estará totalmente defasado. Questionou se não seria mais interessante permanecer exclusivamente com a segunda parte da proposição, ou seja, requerer que os prefeitos ou autoridades locais se pronunciem a respeito da condição de baixa renda das comunidades.

O Secretário Executivo destacou que esta foi exatamente a mesma proposta feita pelo Ministro André Corrêa do Lago durante a última reunião da Comissão, entretanto, argumentou que não é particularmente favorável a esta proposta, pois ela resultaria em demasiada burocratização.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra, questionou qual a periodicidade com que são realizadas as atualizações das definições dos PIB per capita de cada município. Sugeriu que um possível mecanismo de atualização automática do valor definido como sendo R\$ 2.500,00, poderia ser a multiplicação pelo PIB nacional.

O Dr. Ruy de Góes, declarou que apesar de compreender a importância de todo este debate sobre qual seria a melhor definição, ponderou se não seria prudente a adoção da definição proposta, uma vez que já reflete de forma satisfatória a opinião dos representantes e desta forma não comprometeriam a implementação de projetos MDL Florestais no Brasil, pela simples indefinição

de um índice nacional de pobreza. Argumentou também que este índice poderia ser modificado sempre que necessário pela simples edição de novas resoluções.

O Ministro André Corrêa do Lago argumentou que em se tratando de uma definição de pobreza a fim de ser utilizada para a implementação de projetos MDL Florestais de pequena escala, e entendendo que projetos de pequena escala já adotam um rito simplificado pelo próprio fato de serem de pequena escala e desta forma terem um impacto reduzido na geração de reduções de RCEs, entende que a Comissão Interministerial poderia adotar o critério proposto. Argumentou que não cabe à Comissão Interministerial contestar a idoneidade das autoridades locais, e que a simples exigência do reconhecimento de firma do prefeito deveria ser suficiente para garantir a autenticidade do documento.

O Dr. João Salomão destacou que a adoção deste critério inviabilizaria a participação de inúmeros municípios na região Sul do país. Argumentou que as condições climáticas são fundamentais para a viabilização de projetos de florestamento e reflorestamento, assim não adianta que toda a região Nordeste esteja incluída na definição, uma vez que a região não é propícia para esta atividade.

O Secretário Executivo lembrou que esta definição trata exclusivamente de projetos de pequena escala, assim os estados do Sul, onde existe grande infra-estrutura e condições bem desenvolvidas estarão perfeitamente habilitados ao desenvolvimento de projetos de grande escala.

O Dr. João Salomão concluiu argumentando que a proposta sugerida pode ser uma boa opção, entretanto ressaltou que acredita correr o risco de não surtir o efeito desejado em termos práticos.

O representante do Ministério dos Transportes, Dr. João Roque Marques, propôs a ampliação das autoridades regionais investidas de poder para atestar a condição de baixa renda de populações isoladas. Esclareceu que no caso das comunidades isoladas próximas às grandes cidades na Amazônia, como por exemplo, comunidades próximas a Manaus, teriam grande dificuldade para acessar o prefeito a fim de obter a carta atestando sua condição de comunidade de baixa renda.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro propôs um critério relacionado diretamente com o projeto MDL. Assim propôs um cálculo do coeficiente de relação de renda do projeto (valor arrecadado/ n° de pessoas envolvidas), assim o coeficiente será menor dependendo do tamanho da população envolvida no projeto e de seu rendimento.

O Secretário Executivo entendeu que esta seria uma boa solução, entretanto considerou que deve ser restringido para apenas às pessoas diretamente envolvidas no projeto.

O Dr. José Roque Marques, ponderou se esta proposta não estaria criando um complicador desnecessário. Destacou que na Amazônia, por exemplo, uma atividade florestal envolve o trabalho de inúmeras pessoas durante sua implementação, entretanto, durante o restante de sua vida útil o número de pessoas envolvidas é baixíssimo.

O Secretário Executivo destacou que o critério proposto deve ser facilmente validado pela Entidade Operacional Designada, a fim de não introduzir um complicador desnecessário no processo de validação.

O Secretário Executivo apresentou uma solução alternativa, a de que a renda média das pessoas envolvidas no projeto seja inferior a meio salário mínimo. Desta forma algumas pessoas poderiam ganhar mais que o teto de meio salário mínimo, contanto que a média seja inferior a meio salário mínimo.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro ponderou que em sua opinião a solução para a definição seria a utilização de algum índice que utilize de alguma forma a renda média das pessoas envolvidas no projeto e não a renda per capita do município.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra, concordou que a implantação da proposta que prevê a definição da renda média das pessoas envolvidas no projeto em algo próximo a meio salário mínimo é razoável.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão se a discussão deveria ser encaminhada para a próxima reunião ou já poderia ser votada imediatamente, seguindo a linha de renda média das pessoas envolvidas no projeto e não mais a renda per capita do município.

O Dr. Ruy de Góes sugeriu que a Secretaria Executiva preparasse o texto com a idéia discutida para que pudesse ser devidamente apreciada e aprovada.

Sem objeções o encaminhamento proposto foi aprovado.

4. Andamento do decreto de alteração da composição da Comissão Interministerial para a inclusão do Ministério das Cidades e Ministério da Fazenda.

O Secretário Executivo informou que a representante da Casa Civil informou que o decreto terá que ser refeito pelo MCT, incorporando as alterações e então assinado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, na qualidade de presidente da Comissão Interministerial e novamente encaminhado para a Casa Civil a fim de que possa ser publicado.

5. Outros assuntos.

O Secretário Executivo informou que algumas alterações estão sendo propostas para a cartilha de submissão de projetos a fim de evitar que, por exemplo, convites para comentários dos agentes locais sejam simplesmente encaminhadas por e-mail sem que seja possível a confirmação formal de seu recebimento. Assim, sugeriu-se a utilização dos correios como instrumento para o envio destes convites.

Quanto à nova resolução destacou que todas as decisões relativas a projetos de pequena escala devem ser internalizadas e algumas outras questões procedimentais, tais como o prazo máximo de 60 dias para permanência de projetos no site da Comissão Interministerial à espera de resposta por parte de seus proponentes. Entretanto, argumentou que a publicação da resolução nº 03 deverá esperar a definição do critério de baixa renda para então ser publicada.

O Dr. Ruy de Góes informou que um problema recorrente, tem sido a apresentação de Licença Ambiental referente à atividade geral do projeto, e não à atividade específica objeto de análise pela

Comissão Interministerial. Sendo assim, informou que o MMA adotará um procedimento interno de consulta aos órgãos ambientais locais a fim de garantir que a atividade de projeto está devidamente autorizada a fim de evitar qualquer contratempo futuro.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro aproveitou a oportunidade e questionou se não seria interessante que os Ministérios que possuem grande capilaridade tais como o Ministério do Meio Ambiente e talvez também o da Agricultura, pudessem realizar, sistematicamente, visitas *in loco* nas atividades de projeto submetidas à Comissão Interministerial, a fim de atestar as informações apresentadas e garantir maior confiabilidade ao processo como um todo.

O Secretário Executivo esclareceu que na realidade o momento atual, no qual é possível a submissão de projetos já implementados visando a obtenção retroativa de RCEs, trata-se de um período de excepcionalidade que termina no final deste ano. A partir de 2006 a regra será a submissão de idéias de projetos, e não projetos já implementados, o que diminui a necessidade de visitas nos locais do projeto. Considerou, entretanto, válida a proposição e acredita que em determinados casos ela seria realmente eficaz para elucidar dúvidas e verificar a veracidade das informações prestadas.

O Dr. Ruy de Góes ressaltou que teria dificuldade de assumir este tipo de responsabilidade e destacou que já existem instrumentos como o mecanismo de consulta pública e o próprio relatório de validação.

O Dr. João Salomão informou ter sido procurado por representantes do setor agropecuário e informou existir grande demanda para projetos MDL nesta área. Aparentemente já existem cerca de trinta projetos MDL em elaboração e outros quatrocentos em fase de estudo.

O Dr. Ruy de Góes destacou que uma maneira de garantir maior credibilidade à declaração do órgão ambiental local, seria a restrição da competência de emissão das licenças a órgãos ambientais locais dotados de Fundos e Conselhos Municipais de Meio Ambiente, ou seja aqueles dotados de poder e capacidade de licenciar. Desta maneira se evitaria que pequenas secretarias, criadas com a finalidade de facilitar trâmites burocráticos tenham competência para emitir esta declaração de conformidade.

O Ministro André Corrêa do Lago pediu licença e informou que teria de se retirar, cumprimentando o Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro pela sua bela apresentação e destacou que o seu posicionamento, tal qual o esforço de convergência de ações e também sua visão sobre a necessidade de se investir na implementação de políticas de Estado ao invés de políticas de Governo, uma vez que questões como a mudança do clima, devem ser tratadas de forma contínua, independentemente da ideologia do governo que esteja no poder.

O Dr. José Roque Marques informou que não participará das demais reuniões, uma vez que vai se retirar do Ministério, assim, o Ministério deve indicar em breve o nome de seu substituto.

O Secretário Luiz Antonio Barreto de Castro agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.